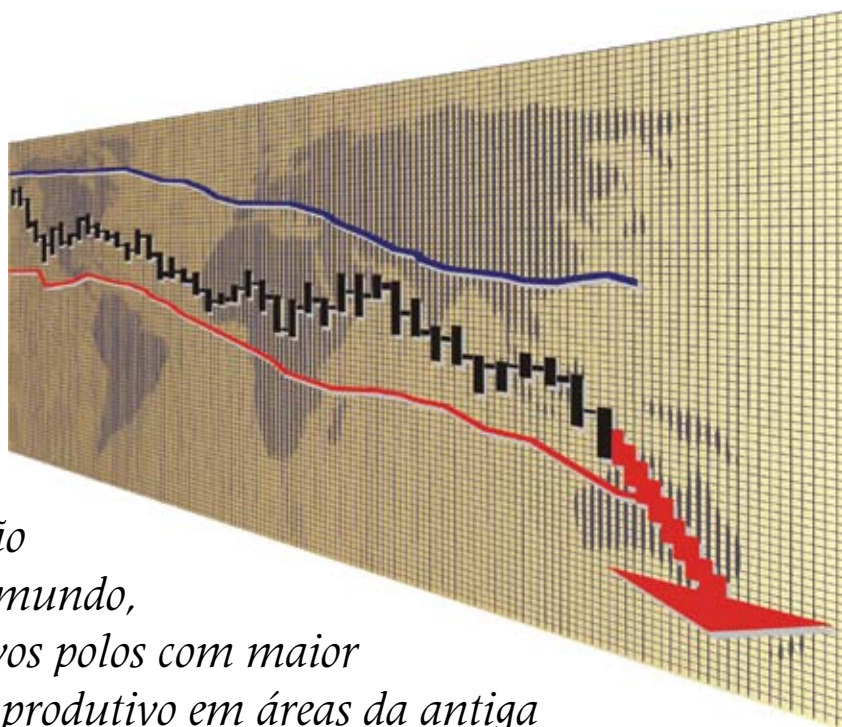


# *Desenvolvimento desigual e a geopolítica da crise mundial*

Luis Fernandes\*

*A atual crise econômico-financeira aprofunda um processo de reconfiguração das relações de poder no mundo, com a emergência de novos polos com maior dinamismo econômico e produtivo em áreas da antiga periferia do sistema internacional.*



Os destaques deste processo são: a erosão da hegemonia dos Estados Unidos; os impasses e paralisia da União Europeia; e a acelerada ascensão econômica da China, seguida pela Índia. A melhor chave teórica para compreender este processo é o conceito de “desenvolvimento desigual” formulado originalmente por Lênin (1977) na sua teorização sobre o fenômeno do imperialismo, e retomado por estudiosos atuais da economia política das relações internacionais, como Robert Gilpin (2002). Contrariamente à interpretação que acabou predominando nos enfoques da chamada Teoria da Dependência latino-americana nos anos 1960 e 1970, o conceito de “desenvolvimento desigual” formulado no contexto

da teoria do imperialismo não aponta para o contínuo aprofundamento das assimetrias entre “centro” e “periferia” na economia capitalista mundial – chamado por Gunder Frank (1966) de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” –, mas precisamente para o seu contrário: a tendência estrutural à erosão do poder do centro hegemônico face à ascensão de novos polos de maior dinamismo econômico em áreas de desenvolvimento capitalista mais tardio no próprio centro ou na periferia do sistema.

Os estudiosos realistas das relações internacionais, como o próprio Gilpin, tendem a associar este fenômeno aos altos custos da manutenção da hegemonia e à tendência para a rápida difusão de atividades econômicas para a periferia, em função das

“vantagens do atraso” que permitiriam aos retardatários queimar etapas de desenvolvimento utilizando técnicas mais atuais e eficientes. Já Lênin destacava o impacto do processo de monopolização, do advento do capital financeiro e da crescente financeirização dos circuitos de acumulação nos países capitalistas centrais, levando à multiplicação de investimentos e aplicações em áreas mais “atrasadas” da economia mundial onde a taxa de lucro e a de retorno eram mais elevadas. Assim, os ganhos do capital financeiro, no coração do sistema, são cada vez mais alimentados por uma lógica *rentista*, uma lógica de especulação sustentada por excedentes extraídos de atividades produtivas realizadas fora do centro. Essa dinâmica leva à decomposição do dinamismo econômico do centro e à ascensão de novos polos de maior crescimento no sistema. Estes passam a se confrontar com uma estrutura de dominação e governança internacional que não reflete mais a correlação de forças no mundo. Esta, aliás, é a explicação dada para a própria deflagração da Primeira Guerra Mundial: a Alemanha, como força emergente, se confrontando com um mundo dominado pelo imperialismo inglês, e procurando abrir caminho para conquistar territórios, espaços e áreas de influência.

Períodos de transição estrutural na ordem mundial – impulsionados pela dinâmica de desenvolvimento desigual – são marcados por grande instabilidade e pelo agravamento das tensões internacionais. Um fator crítico é a forma como a potência dominante reage à erosão das bases da sua própria hegemonia. A evolução mundial atual é marcada por um duplo movimento de reconfiguração da hegemonia dos Estados Unidos para lidar com dois contextos históricos distintos de contestação e debilitamento, que confluem para a crise econômico-financeira contemporânea e seus desdobramentos geopolíticos.

Os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra como líderes incontestes do mundo capitalista, tendo desempenhado papel determinante na derrota militar das forças do Eixo sem enfrentar confrontos bélicos no interior das suas fronteiras, com exceção do ataque isolado do Japão à base naval de Pearl Harbor no Havaí. Esta circunstância alterou de forma decisiva a correlação de forças entre a nova potência hegemônica e as antigas metrópoles capitalistas de impérios coloniais já decadentes (Inglaterra, França, Holanda e Bélgica, para além das potências coloniais emergentes derrotadas na guerra: Alemanha, Itália e Japão).

No imediato pós-guerra, a economia norte-americana respondia por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) dos países capitalistas centrais e quase da sua produção industrial. Diante do fortalecimento da União Soviética e das forças socialistas,

em geral como decorrência do seu papel central no enfrentamento e derrota do nazi-fascismo na Europa, coube aos Estados Unidos formatar e liderar o processo de reconstrução da economia capitalista mundial, procurando afirmar e consolidar o seu domínio no sistema internacional, bem como isolar e conter o que os seus dirigentes classificavam de “nova ameaça comunista”. As bases desta engenharia político-institucional foram assentadas na Conferência de Bretton Woods, em 1944, antes mesmo do término da Guerra.

Coerentes com a nova centralidade dos Estados Unidos na economia capitalista mundial, os acordos de Bretton Woods desautorizaram os acessos privilegiados a mercados mantidos pelas antigas potências coloniais com base no “Sistema Imperial de Preferências” e definiram a transição para um regime internacional de livre comércio. Para garantir a estabilidade necessária para a integração global nos marcos deste regime, o dólar norte-americano foi transformado em moeda padrão para o comércio internacional, mantendo-se uma taxa fixa para a sua conversão em ouro (35 dólares a onça). Simultaneamente, os países membros foram encorajados a montar e/ou preservar rígidos controles sobre os fluxos de capitais (sobretudo os de curto prazo), de forma a preservar a autonomia das suas políticas macroeconômicas. Procurava-se, assim, resguardar e consolidar as variadas práticas e estruturas de intervenção estatal doméstica erguidas em resposta ao colapso da “civilização liberal” no mundo, sobretudo a partir do *Crack* de 1929 e da Grande Depressão que se lhe seguiu. Sob liderança dos Estados Unidos – que se mantiveram como único país com poder de veto sobre suas decisões –, o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi montado para supervisionar a operação do novo sistema monetário e prestar assistência aos países que enfrentassem problemas na sua balança de pagamentos. Já o Banco Mundial (Bird) assumiu a responsabilidade pelo financiamento dos esforços de reconstrução do pós-guerra (e, mais tarde, dos de desenvolvimento). Paralelamente, sucessivas rodadas de negociação realizadas no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) procuraram estabelecer e consolidar as bases do novo regime liberal de comércio internacional. O desenho definido em Bretton Woods, assim, era **liberal** na esfera comercial, mas **regulatório/intervencionista** (i.e., não liberal) na esfera financeira.

### O sistema Bretton Woods

Bretton Woods se assentava sobre a hegemonia formal e explícita dos Estados Unidos, muito mais

formal e explícita, por sinal, do que a que havia sido exercida pelo imperialismo inglês para além das fronteiras do seu império colonial no auge da civilização “liberal” do Século XIX. Cabia aos EUA preservar a estabilidade do sistema monetário internacional. Sua moeda nacional se transformou no meio de troca, na unidade de conta e na reserva de valor básicos para toda a economia capitalista mundial.

As práticas e instituições definidas nos acordos de Bretton Woods associadas aos esforços de reconstrução do pós-guerra viabilizaram um período de singular dinamismo na economia capitalista mundial que durou quase três décadas. Como já mencionado, cabia aos Estados Unidos prover e preservar a estabilidade monetário-financeira necessária para este dinamismo, via a garantia do valor do dólar como moeda padrão para as transações internacionais. Se, por um lado, isto permitia ao governo norte-americano sustentar artificialmente seguidos déficits fiscais via a emissão de dólares remetidos ao exterior, por outro, a responsabilidade pela estabilidade sistêmica também tolhia a autonomia da sua política monetária. Tal restrição foi tolerada pelos Estados Unidos, em função do contexto mais geral de confronto com o socialismo na Guerra Fria. Mas a (re)emergência de potências dinâmicas concorrentes nos marcos do desenvolvimento desigual do próprio capitalismo (e com destaque, precisamente, para as que haviam sido derrotadas na guerra: Japão e Alemanha) logo fez as autoridades norte-americanas mudarem de posição.

No início dos anos 1970, a produção combinada dos países capitalistas europeus já havia voltado a superar a dos Estados Unidos. Mais significativo, ainda, era o desempenho do Japão, que quase triplicou sua participação no PIB do mundo capitalista entre 1950 e 1970. Para agravar o desconforto dos dirigentes em Washington, o aumento da competitividade destas potências capitalistas concorrentes havia se valido de amplos investimentos de empresas norte-americanas a partir dos esforços de reconstrução do pós-guerra, além da intervenção e regulação ativa de seus respectivos Estados nos espaços legados para a operação de políticas e práticas de tipo *keynesiano* na arquitetura monetário-financeira desenhada em Bretton Woods.

A resposta dada pelos Estados Unidos ao enfraquecimento relativo do seu poder global foi a deflagração de um processo de reconfiguração dos instrumentos, mecanismos e práticas de exercício da sua hegemonia

Os anos 1970 seriam marcados, igualmente, pelo fortalecimento político e militar do campo socialista no sistema internacional, apesar da cisão e rivalidade entre as duas principais potências desse campo, União Soviética e China. A URSS alcançou no período paridade estratégica com os Estados Unidos em poderio militar nuclear. Os EUA saíram derrotados da Guerra do Vietnã, ensejando a reunificação deste país sob a liderança de forças socialistas. Os processos de independência deflagrados após a derrubada do regime salazarista em Portugal levaram à formação de regimes de orientação socialista em todas as antigas colônias portuguesas na África. Neste mesmo período, a influência norte-americana sofreu fortes reverses na chamada “periferia” do mundo capitalista, com o distanciamento de governos nacionalistas árabes no Oriente Médio em função do apoio dos Estados Unidos a Israel, a derrubada do regime do Xá Reza Pahlevi no Irã e o triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua.

A resposta dada pelos Estados Unidos a este enfraquecimento relativo do seu poder global foi a deflagração de um processo de reconfiguração dos instrumentos, mecanismos e práticas de exercício da sua hegemonia, que se estendeu do governo Nixon no início dos anos 1970 até o governo Reagan no início dos 1980. No âmbito monetário-financeiro, as primeiras medidas tomadas nesta direção foram a desvalorização e o subsequente cancelamento unilateral da conversibilidade do dólar em ouro, adotadas, respectivamente, em 1971 e 1973. Para todos os efeitos, essas medidas determinaram o fim do compromisso multilateral previamente assumido pelos EUA com a preservação da estabilidade financeira da economia capitalista mundial, bem como o colapso do regime monetário internacional fixado em Bretton Woods. Visto por outro ângulo, elas sinalizaram a nova disposição da liderança norte-americana em explorar unilateralmente, em proveito próprio, o amplo predomínio da sua moeda nas operações dos mercados financeiros e monetários internacionais (inclusive os mercados desregulados de divisas) e na composição das reservas internacionais.

Na sequência destas medidas, o padrão dólar-ouro foi substituído por variados arranjos de taxas flutuantes que acabaram conformando três áreas monetárias

dominantes no mundo capitalista: as do dólar norteamericano, do marco alemão e do iene japonês. A crescente volatilidade resultante desta flutuação transformou os mercados monetários internacionais em alvo privilegiado de ataques especulativos, ao mesmo tempo em que aprofundou o seu entrelaçamento com os demais mercados de capitais. Na esfera financeira, os Estados Unidos adotaram, a partir de 1974, sucessivas medidas de liberalização dos seus fluxos de capital, via a eliminação ou progressiva restrição dos controles centralizados constituídos no período anterior. O protagonismo político dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha foi absolutamente crucial na promoção e generalização dessas mesmas medidas no restante do mundo capitalista, sobretudo após a eleição de Reagan e Margaret Thatcher em 1979-80, alimentando e intensificando o chamado processo de “globalização financeira”. Enquanto isso, na esfera comercial, a opção dos Estados Unidos foi pelo recrudescimento de práticas protecionistas, seja via a adoção de legislação específica de retaliação comercial unilateral (como a Seção 301 do *Trade Act* adotada em 1988), o incremento de barreiras não-tarifárias ou a formação de territórios econômicos protegidos e agrupados em blocos regionais.

Em suma, sob o impacto do movimento de reconfiguração dos instrumentos e práticas da hegemonia norte-americana, a arquitetura da economia capitalista mundial assumiu contornos opostos aos que haviam sido desenhados originalmente em Bretton Woods: i.e., ela se tornou crescentemente **liberal** na esfera financeira e **protecionista** na esfera comercial (pelo menos no que se refere aos países capitalistas centrais).

Na esfera político-militar, os Estados Unidos reverteram a política de distensão das relações com o bloco soviético adotada inicialmente pelo governo Nixon, e partiram para uma postura de crescente enfrentamento e confronto global, que atingiu o seu ápice na chamada “Doutrina Reagan” (mas que incluiu, igualmente, uma política de aproximação estratégica com a China, explorando as divisões no campo socialista). O marco principal desta postura foi o relançamento e a intensificação da corrida armamentista, expressa no projeto “Guerra nas Estrelas”, explorando as dificuldades da União Soviética em sustentar o custo econômico e tecnológico desproporcional de manutenção da paridade estratégica com os EUA em poderio militar nuclear. Em relação aos regimes que haviam se aproximado política, econômica e militarmente do campo socialista em função do apoio dado por este aos seus processos de independência e desenvolvimento nacional, a nova postura norte-americana foi a de promover a sua desestabilização via o

fomento e instrumentalização de “conflitos de baixa intensidade” movidos por grupos opositores internos.

Foi esta política que orientou o apoio dos Estados Unidos aos *contras* na Nicarágua, aos *mujahedins* de grupos islâmicos fundamentalistas (incluindo a *Al Qaeda* do Osama Bin Laden) no Afeganistão, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) em Angola e Moçambique. Na prática, ela representou a transição de uma política de *contensão* do bloco soviético e do seu sistema de alianças para outra de *desestabilização*, e da política defensiva da *contra-insurgência* – com a qual os EUA procuraram responder à influência da revolução cubana nos países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, materializada nas Doutrinas de Segurança Nacional das ditaduras militares –, a uma nova política ofensiva de *pró-insurgência* em países sob liderança de forças socialistas ou socializantes.

## Reagan-Thatcher

No plano político-ideológico, a dupla Reagan-Thatcher fomentou e respaldou uma ampla e sustentada campanha contra as práticas de intervenção e regulação estatal que marcavam tanto as experiências socialistas, quanto as dos Estados de Bem-Estar Social na Europa Ocidental, as de desenvolvimento capitalista tardio na Ásia, bem como as nacional-desenvolvimentistas de maneira geral. Esta campanha assumiu proporções avassaladoras nos anos 1980 e 1990, nos marcos da chamada “ofensiva neoliberal”. Essa ofensiva tinha como meta mais imediata a abertura de novas frentes de acumulação via a privatização das estruturas persistentes de capitalismo de Estado nos países do Ocidente e as bases da propriedade social nas economias socialistas; a redução ou desmantelamento dos controles e regulações estatais sobre operações de mercado; e a reversão ou eliminação dos mecanismos e padrões universais de proteção social que teriam se tornado focos promotores de irresponsabilidade fiscal e ineficiência econômica. Vista pelo prisma mais amplo do movimento de recomposição e relançamento da hegemonia norte-americana, essa ofensiva tinha por objetivo implodir o mundo socialista, conter o dinamismo das potências capitalistas concorrentes e forçar a abertura dos mercados dos países capitalistas dependentes via o desmantelamento de instrumentos fundamentais para a promoção e defesa da sua soberania e desenvolvimento nacionais.

Como é sabido, a principal conquista alcançada por esta nova ofensiva estadunidense foi o desmantelamento do antigo campo socialista em 1989 e da própria União Soviética em 1991, após vergonhosa



política de capitulação conduzida por Mikhail Gorbachev sob aplausos entusiásticos da *mídia* monopolizada e das elites dirigentes do mundo capitalista. Este desfecho deixou os Estados Unidos na condição de única superpotência do sistema internacional no final do Século XX, exercendo um predomínio político, militar e ideológico sem precedentes no mundo moderno.

A euforia gerada por este triunfo levou os Estados Unidos a proporem a constituição de uma “Nova Ordem Mundial” em substituição da velha ordem bipolar da Guerra Fria. A dificuldade para esta construção residia no fato de o antigo campo socialista não ter sido derrotado militarmente, o que não ensinava termos formais de rendição ou conferências de “potências vitoriosas” para redesenhar a distribuição do poder no mundo. Incorporado como eixo estruturador da política externa norte-americana pelo presidente George Bush (pai) às vésperas da Guerra do Golfo, em 1990, a proposição da “Nova Ordem” continuou referida às instituições multilaterais erguidas após a derrota militar do nazi-fascismo em 1945. A proposição básica era a de que os variados fóruns multilaterais do sistema da ONU – agora sob liderança incontestada da “Aliança Atlântica” formada para enfrentar e derrotar o bloco soviético – deveriam se tornar o núcleo ordenador de uma nova ordem mais estável no mundo, superando as tensões e os antagonismos que haviam marcado a Guerra Fria.

Nesta perspectiva, o Conselho de Segurança da ONU assumiria nova centralidade como foro de negociação e resolução de problemas relacionados à paz e à segurança no sistema internacional, enquanto os organismos econômicos do sistema da ONU (com destaque para FMI, Banco Mundial e OMC) exerceriam o papel de “indutores” e “guardiões” dos mercados abertos. Este parecia ser o formato mais adequado ao exercício da hegemonia norte-americana no pós-Guerra Fria, sintonizado com o movimento (então vitorioso) de reconfiguração do exercício dessa hegemonia via a agenda neoliberal. Vale lembrar que a própria Guerra do Golfo foi conduzida e justificada, em 1991, com base nos princípios ordenadores desta pretensa nova ordem (i.e., como punição da

Se o sucesso alcançado pelos dirigentes norte-americanos no seu objetivo de dismantelar o antigo campo socialista foi retumbante, sua vitória na contenção do dinamismo econômico das potências capitalistas concorrentes foi real, mas bem mais relativa

“comunidade internacional”, sancionada pelo Conselho de Segurança da ONU, ao Iraque por sua ação agressiva unilateral na invasão do Kuwait). Já do ponto de vista econômico, essa agenda correspondia à necessidade estrutural dos Estados Unidos de conquistar e consolidar novos mercados de exportação para os seus produtos e capitais, em função da brutal contenção dos níveis de salário real que acompanhou o advento das inovações tecnológicas da chamada “era do conhecimento” na sua economia.

Se o sucesso alcançado pelos dirigentes norte-americanos no seu objetivo de dismantelar o antigo campo socialista foi retumbante, sua vitória na contenção do dinamismo econômico das potências capitalistas concorrentes foi real, mas bem mais relativa. Nos anos 1990, pela primeira vez em todo o período do pós-guerra, os Estados Unidos sustentaram índices de crescimento econômico superiores aos da Alemanha e do Japão. Ao final da década, a produção de riqueza dos EUA se situava, novamente, acima da produção combinada dos países da Europa Ocidental. No mesmo período, o crescimento da participação relativa do Japão no PIB mundial – que havia sido muito significativo nas décadas anteriores – foi estancado. Mas a década de 1990 também foi palco de importantes iniciativas contra-hegemônicas por parte dessas potências, nomeadamente a consolidação da integração

do território econômico da União Europeia, a expansão da influência alemã na Europa Central e do Leste e o lançamento do *euro* para disputar a primazia do dólar nas operações financeiras e monetárias internacionais.

O fato é que os Estados Unidos enfrentaram dificuldades crescentes para harmonizar a agenda de afirmação e consolidação da sua hegemonia unipolar no pós Guerra Fria com os princípios multilaterais ordenadores da “Nova Ordem Mundial” anunciada no início da década. Ao longo dos anos 1990, os EUA foram se afastando progressivamente, tanto no discurso quanto na prática, dos seus compromissos com os regimes e instituições multilaterais, passando a impor, crescentemente, pela força e de forma unilateral os seus interesses em diferentes regiões do

mundo. Este desenvolvimento já se fazia sentir no governo Clinton, materializado em episódios como os ataques contra o Iraque em 1998 e a Iugoslávia em 1999, conduzidos inteiramente à margem do Conselho de Segurança da ONU. Essa escalada, por sua vez, refletia as crescentes dificuldades enfrentadas pelo Estado norte-americano para impor a sua agenda externa de forma “consensual” nos fóruns multilaterais, via a instrumentalização “indireta” dos mecanismos de poder estrutural de que dispõe na economia mundial. Esta forma de exercício do seu poder hegemônico passou a enfrentar crescentes resistências, tanto de outros blocos e potências capitalistas (como a União Europeia e o Japão), quanto de novos polos regionais de poder no antigo campo socialista e nos países em desenvolvimento (entre os quais, China, Rússia, Índia e, mais recentemente, Brasil). Em resposta, a hegemonia norte-americana foi assumindo, cada vez mais, feições abertamente coercitivas.

Esta evolução atingiu o seu ápice no governo Bush (filho), após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Os atentados forneceram ao governo norte-americano a justificativa para elevar a um novo patamar esta “opção preferencial” pelo unilateralismo e pelo recurso a uma política de força e coação abertas. Instrumentalizando o clima de histeria e pânico que se formou na sociedade americana após os atentados – fruto da sua repentina e traumática constatação de que a ampla superioridade tecnológica e militar conquistada ao fim da Guerra Fria não era garantia de invulnerabilidade –, o novo governo Bush consagrou a busca da “segurança” (com todas as suas implicações) como o valor/objetivo supremo da política doméstica e externa do Estado norte-americano. Isto implicou conferir nova centralidade aos mecanismos e instrumentos do exercício direto da sua dominação pela força no sistema internacional, em detrimento da opção predominante anterior pelo exercício da sua hegemonia via recursos “indiretos” de poder estrutural.

### Nova orientação, a “guerra global contra o terrorismo”

Com base nesta nova orientação, a “guerra global contra o terrorismo” foi transformada em eixo estruturador da política externa dos Estados Unidos. A própria guerra de retaliação movida contra o regime dos talibãs e as forças do *Al Qaeda* no Afeganistão definiu o perfil da nova agenda intervencionista. Por mais que a ameaça à segurança do território norte-americano fosse creditada a uma força terrorista transnacional que opera globalmente, os alvos da

sua retaliação militar foram absolutamente “territorializados”, visando a desarticular estruturas de poder que estariam alimentando as ações terroristas. Ou seja, objetivos geopolíticos de controle de território pela força continuavam ditando a agenda de segurança dos Estados Unidos. Mas estes objetivos passaram a ser perseguidos de forma unilateral, e em desafio aberto ao sistema de segurança coletiva consagrado na ONU. Coerentemente, os objetivos da “guerra global contra o terrorismo” passaram a ser definidos de forma deliberadamente aberta e imprecisa, para permitir a contínua eleição de novos alvos nos territórios de países acusados de abrigar “núcleos terroristas” ou “armas de destruição de massa”. Foi este o argumento usado para deflagrar a guerra no Iraque em 2003, contra o veto declarado de três dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (França, Rússia e China).

Os fundamentos desta nova agenda externa foram revelados na “Estratégia de Defesa Nacional” apresentada ao Congresso dos Estados Unidos pela então Assessora de Segurança Nacional Condoleezza Rice. Seu princípio orientador passou a ser o de impedir, a todo custo, a consolidação de centros de poder que pudessem vir a ameaçar a condição de única superpotência do sistema internacional alcançada pelos Estados Unidos ao término da Guerra Fria, ou servir de obstáculo para a realização dos seus interesses em distintas regiões do mundo. Segundo a nova orientação estratégica, para alcançar esse objetivo, o Estado norte-americano deveria estar preparado a recorrer a todos os instrumentos de força que compõem a sua superioridade bélica no mundo, inclusive a utilização ofensiva de armas nucleares (o que contraria a compreensão predominante sobre esse tipo de armamento durante a Guerra Fria, que o concebia como fator de dissuasão de conflitos). Ou seja, deveria recorrer cada vez mais a ações coercitivas abertas para tentar conter e/ou reverter, pelo uso da força, a erosão da sua hegemonia.



A evolução mundial neste início de século XXI logo revelaria para os dirigentes dos Estados Unidos que superioridade bélica não se transforma automaticamente em liderança política ou controle territorial. Para além dos atoleiros em que se transformaram suas campanhas de ocupação militar do Iraque e Afeganistão, a escalada intervencionista e unilateralista da agenda externa norte-americana deflagrou múltiplos processos de resistência frontal ou dissimulada no sistema internacional, resultando em um isolamento político sem precedentes dos EUA no mundo. A repercussão interna desse isolamento externo – associado ao desgaste provocado pelo custo econômico e humano crescente da escalada intervencionista e belicista para a sociedade americana – teve influência decisiva na derrota do Partido Republicano com a eleição de Barack Obama em 2008. Após ensaiar um recuo em algumas manifestações mais extremadas dessa agenda externa, no entanto, o novo presidente democrata logo foi (re)enquadrado pelos interesses dominantes do Estado norte-americano, intensificando o esforço de guerra no Afeganistão (que já se configura como o conflito mais prolongado enfrentado pelos Estados Unidos na sua história) e abrindo uma terceira frente de guerra na Líbia.

Par além dos seus componentes político-conjunturais, a nova crise da hegemonia norteamericana expressa a inexorável dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo, apenas parcial e temporariamente revertida pelos Estados Unidos nos anos 1990. Como pode ser visto nas figuras que acompanham este artigo sobre a participação de distintos países e regiões no PIB mundial medido pelo critério de Poder Paritário de Compra (PPC), destaca-se, neste início de século XXI, a emergência de novos polos de poder no mundo que não compunham o núcleo de potências capitalistas centrais na passagem do capitalismo para a sua fase imperialista ao final do século XIX (nomeadamente China e Índia e, em menor escala, Brasil).

A China – que ainda encarna a particularidade de ser um Estado socialista integrado à economia capitalista mundial – quase triplicou sua participação no



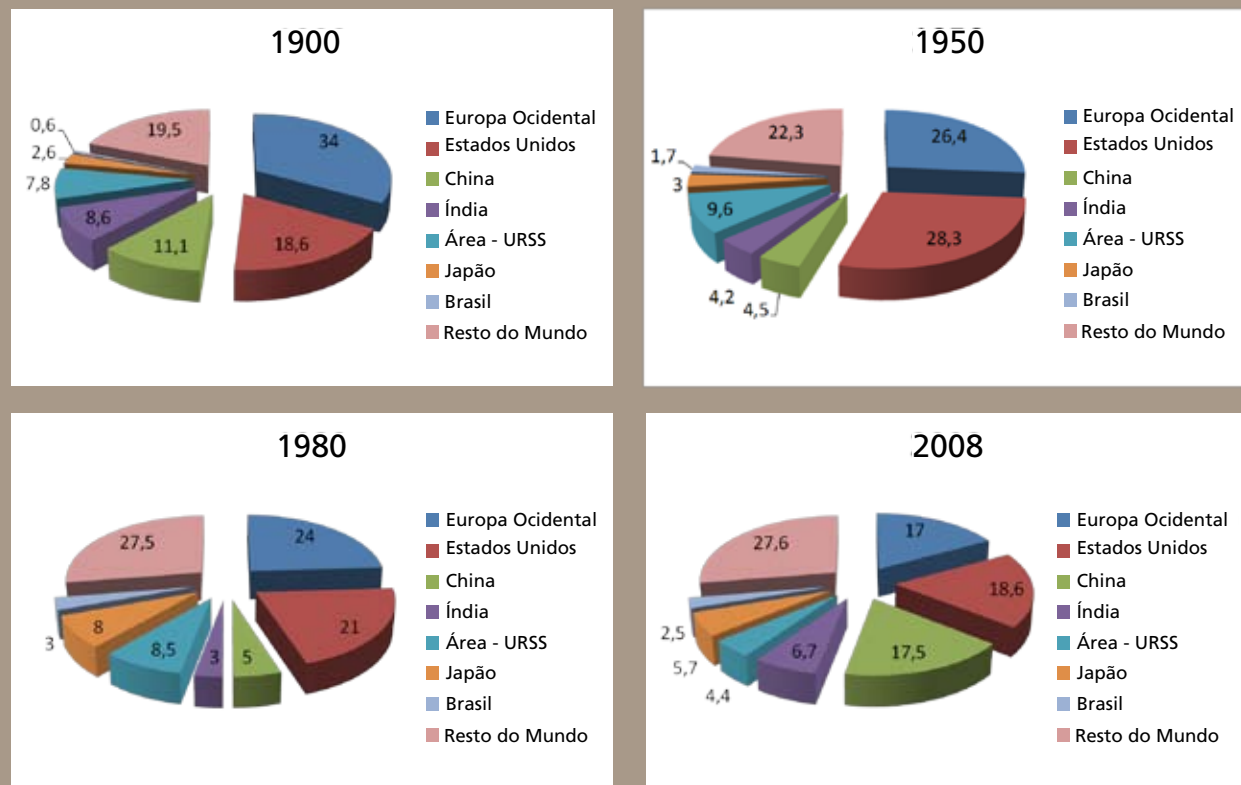
A China – que ainda encarna a particularidade de ser um Estado socialista integrado à economia capitalista mundial – quase triplicou sua participação no PIB mundial a partir da deflagração da política das “Quatro Modernizações”

PIB mundial a partir da deflagração da política das “Quatro Modernizações” em 1979, sustentando a impressionante média de 10% de crescimento ao ano desde então. Suas reservas internacionais ultrapassam dois trilhões de dólares – as maiores do mundo –, sendo boa parte mantida em dólares e títulos do governo americano. Já a Índia quase dobrou sua participação no PIB mundial no mesmo período, com médias anuais de crescimento superiores a 6%. Na história da economia capitalista mundial, a trajetória chinesa e indiana das últimas décadas em direção ao centro do sistema a partir da sua “periferia” só tem precedentes na ascensão dos próprios Estados Unidos e da Alemanha pós-unificação no século XIX. Ambos os países – China e Índia – se caracterizam por possuírem as maiores populações do planeta, extensões territoriais amplas, poderio militar nuclear, além de estruturas estatais de planejamento e regulação que não sucumbiram às pressões pela liberalização financeira durante a ofensiva neoliberal dos anos 1980 e 1990.

Com dinamismo econômico mais modesto, fruto da sua persistente subordinação aos circuitos de acumulação financeira apesar da reconstrução de pilares do seu

projeto nacional de desenvolvimento na última década, o Brasil assume papel protagonista no processo de integração sul-americana, se contrapondo objetivamente à agenda hegemônica dos Estados Unidos na região (materializada na derrota da proposta de criação da Área de Livre Comércio da Américas, Alca). Essa integração é facilitada na América do Sul pela emergência de múltiplos e variados governos de orientação progressista, comandados por forças políticas que se identificam como socialistas e que ascenderam ao governo na sequência do desgaste e derrota das forças políticas que operaram a transição do continente para políticas de cunho liberal nos anos 1980 e 1990. O Brasil se caracteriza, ainda, por ser uma potência energética em formação, tanto por manter uma matriz energética diversificada com predomínio de fontes relativamente limpas, quanto pelo potencial de exploração das gigantescas reservas de petróleo do pré-sal.

### Participação no PIB Mundial – PPC (% do Total)



Fonte: Angus Madison, Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP

Há que se destacar, ainda, a intensificação da atuação internacional da Rússia, sobretudo a partir da eleição de Putin, procurando retomar e reconstituir esferas de influência para enfrentar a política de cerco fomentada pelos Estados Unidos com a contínua expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para o leste. Após o colapso econômico e social provocado pelo processo de restauração do capitalismo, a Rússia procura reconstruir instrumentos estatais de planejamento, intervenção e regulação econômica, em parte herdados do período socialista. Nesta base, conseguiu recuperar o dinamismo da sua economia após a crise financeira de 1998 e alcançar, em 2007, o patamar de atividade econômica que possuía antes do colapso do socialismo em 1991 (embora tenha sido fortemente atingida pela queda dos preços do petróleo e do gás no mercado mundial na sequência da financeira deflagrada em 2008). Cabe lembrar que, como herança do esforço realizado para alcançar paridade estratégica com os EUA durante a Guerra Fria, a Rússia preserva, ainda hoje, o segundo maior arsenal nuclear do mundo – e manifesta uma disposição crescente para se contrapor à

ofensiva norte-americana sobre suas antigas áreas de influência. Neste movimento, atua abertamente como potência energética, explorando os recursos de poder conferidos por suas gigantescas reservas de petróleo e gás para integrar sua área de influência na Ásia Central e explorar a dependência energética europeia.

Este processo de mudança estrutural no sistema internacional, impulsionado pela dinâmica do desenvolvimento desigual, se intensifica com a atual crise mundial do capitalismo – a maior desde a Grande Depressão dos anos 1930 do século passado – pois se trata de uma crise de sobreacumulação e superprodução que irrompe, precisamente, nos mecanismos e práticas que marcaram a reconfiguração e o relançamento da hegemonia norte-americana nos anos 1970 e 1980 (base da chamada “ofensiva neoliberal”), com destaque para os processos de globalização financeira e consequente “financeirização” dos circuitos de acumulação de capital. Assim, a crise econômica atual tende a agravar a decadência da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional, embora estes ainda preservem ampla supremacia de poderio militar.



Neste ponto, há a confluência entre o malogro das aventuras militares empreendidas pelos Estados Unidos na última década e a desestabilização das economias capitalistas centrais, gerada pela hipertrofia de mecanismos financeiros especulativos. O duplo movimento de reconfiguração da hegemonia norte-americana resultou em um duplo e entrelaçado impasse. Uma primeira manifestação desse impasse se deu, ainda no início do governo Bush em 2001, com a crise das aplicações especulativas em empresas de base tecnológica, chamada de “crise da Nasdaq” ou “crise ponto com”. A nova administração republicana respondeu com um pacote econômico que aprofundou a desregulação, concedendo ainda maiores benefícios para o capital financeiro e reduzindo os impostos sobre ganhos de capital, patrimônio e altas rendas. Na sequência, houve a brutal elevação dos gastos militares associados à reorientação da agenda externa dos EUA com o advento da chamada “doutrina Bush”, que passaram de 390 bilhões de dólares em 2001 (3,1% do PIB) para 690 bilhões (4,7% do PIB) em 2010. O economista Joseph Stiglitz, prêmio Nobel da economia, projetou os custos acumulados com as guerras do Afeganistão e do Iraque para quatro trilhões de dólares, cobertos pelo crescimento do endividamento público (STIGLITZ, 2011). Por fim, houve os trilionários pacotes de ajuda ao setor financeiro adotados seguidamente pelos governos Bush e Obama após a deflagração da crise em 2008.

O resultado agregado destes desenvolvimentos foi o brutal agravamento do déficit fiscal dos Estados Unidos, bem como da sua dívida pública – que já equivale, hoje, a 100% do seu PIB –, em um contexto global de perda de competitividade econômica que se materializa, igualmente, na ampliação do seu déficit comercial. Esses desenvolvimentos minam a capacidade dos EUA de estruturar ações anticíclicas mais efetivas, e aumentam a sua disposição a recorrer à desvalorização do dólar para tentarem alavancar a demanda externa por seus produtos. Isto se associa ao quadro de ortodoxia liberal-recessiva e baixa efetividade de instrumentos estatais que tem marcado a pífia resposta da União Europeia (sob liderança alemã) à crise, e a contínua recessão que se abate sobre a economia japonesa desde a crise asiática no final dos anos 1990. O impacto global, assim, é de estancamento prolongado das economias centrais, e de intensificação da instabilidade e da dinâmica de desenvolvimento desigual no sistema.

Neste contexto, apesar da sua heterogeneidade e diferenças, há uma crescente aproximação dos novos polos emergentes para uma agenda crítica da arquitetura de governança global moldada pelos movimen-

tos de configuração e reconfiguração da hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra. Isto se materializa na própria iniciativa de formação do grupo Brics, abarcando Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Estes países vêm articulando posições comuns críticas das políticas dos países capitalistas centrais nos fóruns multilaterais do sistema ONU, com destaque para a exigência de reformas estruturais no FMI e Banco Mundial, mudanças no Conselho de Segurança, alternativas ao poder estrutural do dólar na economia global, e medidas de enfrentamento da crise econômica no âmbito do G-20 que resguardem e assegurem o direito ao desenvolvimento.

A orientação predominante na atuação dos novos polos emergentes é a de lutar por reformas na governança sistêmica global para melhor refletir, na sua institucionalidade, a nova correlação de forças no mundo. Não se trata de uma política de confrontação direta e global com os Estados Unidos, já que estes mantêm a sua superioridade bélica e sua hegemonia está em erosão, e não em colapso. Mas para além da agenda reformista dos novos polos de poder, há movimentos geopolíticos de flanco importantes em curso. Entre estes, eu destacaria, no contexto dos malogros militares norte-americanos na Ásia Central, a consolidação da Organização da Cooperação de Xangai, iniciativa de segurança que abarca (sem a participação dos EUA) China, Rússia, Cazaquistão, Quirquístão, Tadjiquístão e Uzbequistão, e agora se aproxima de Paquistão, Índia, Afeganistão e Irã.

Enfim, a evolução das relações de poder neste início de século apontam claramente para a transição do quadro de dominação unipolar que marcou o imediato pós-Guerra Fria, com a intensificação de tendências à multipolarização e à instabilidade no sistema internacional, fomentadas e alimentadas pela dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo. Vivemos tempos interessantes. E decisivos.

\* *Luis Fernandes é professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e da UFRJ.*

## BIBLIOGRAFIA

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*, Brasília, Editora da UnB, 2002.

GUNDER FRANK, Andre. “Development of Underdevelopment”, *Monthly Review*, vol. 16, n. 4, 1966.

LÊNIN, Vladimir I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, Lisboa, Avante!, 1977.

STIGLITZ, Joseph. “O Preço do Onze de Setembro”, *O Globo*, edição de 11 de setembro de 2011.